

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA 2021-2025



CONSELHO NACIONAL
DE SUPERVISORES FINANCEIROS



ASF
Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões



**BANCO DE
PORTUGAL**
EUROSISTEMA



CMVM
COMISSÃO DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA 2021-2025

LINHAS DE ORIENTAÇÃO



CONSELHO NACIONAL
DE SUPERVISORES FINANCEIROS

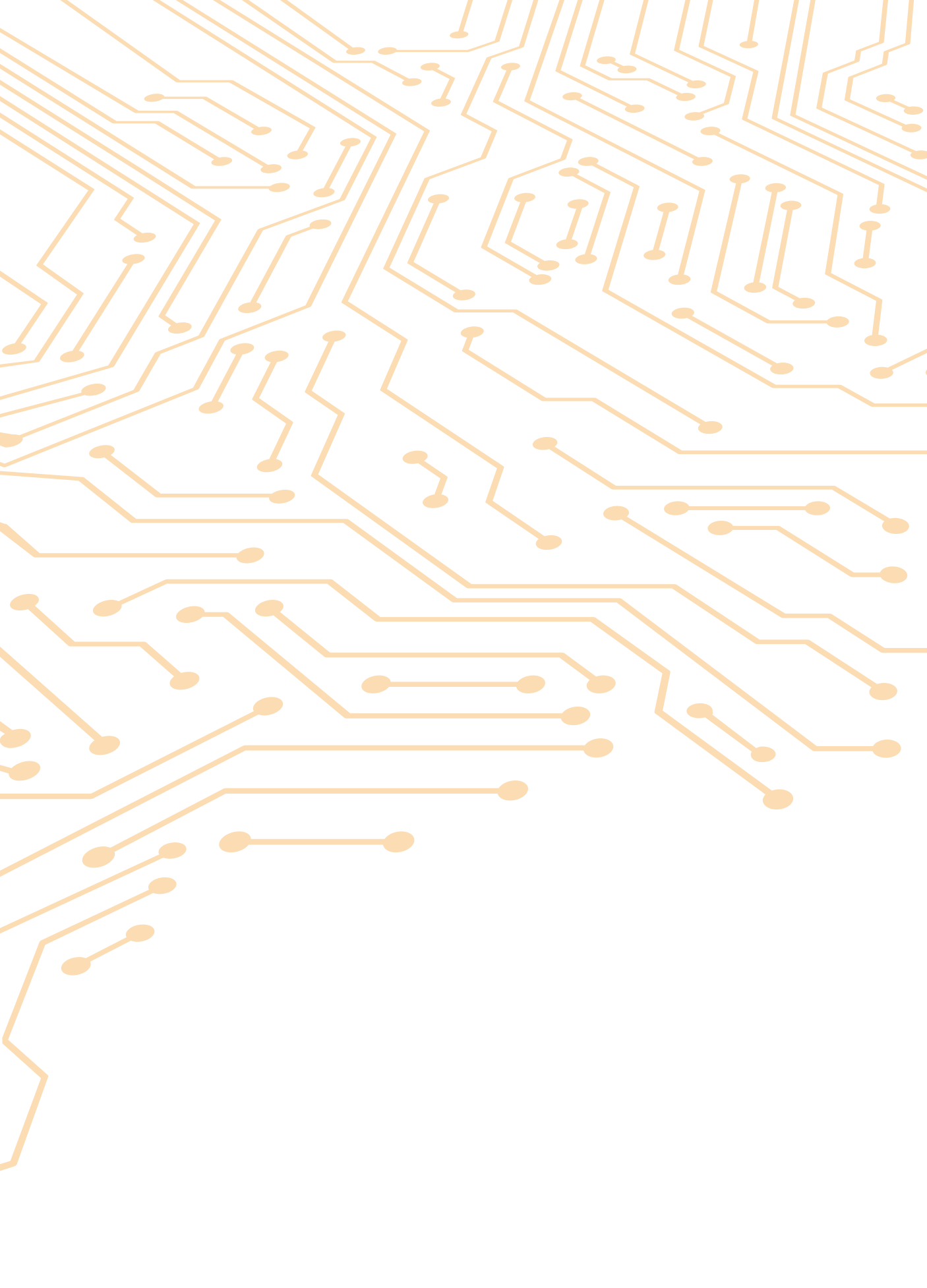


ASF
Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões



**BANCO DE
PORTUGAL**
EUROSISTEMA

 **CMVM**
COMISSÃO DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS





Índice

- 5 Apresentação

- 7 **10 anos de Plano**
- 9 Quem somos
- 10 O que fizemos

- 13 **Desafios a superar**
- 15 O que ficou por fazer
- 15 **Novos desafios**
- 15 Ampliação das condições de vulnerabilidade
- 16 Aceleração da transformação digital
- 17 Promoção de uma economia sustentável

- 19 **Horizonte 2021-2025**
- 21 **Reforçar parcerias, apostar no digital**
- 22 **Dimensões estratégicas de atuação**
- 22 Reforçar a resiliência financeira
- 23 Promover a formação financeira digital
- 24 Contribuir para a sustentabilidade
- 25 **Novas linhas de ação prioritárias**
- 27 **Metas e avaliação**

Apresentação

Decorridos 10 anos sobre o lançamento do Plano Nacional de Formação Financeira, importa refletir sobre os desafios que haverá que ultrapassar nos próximos cinco anos.

Os supervisores financeiros (o Banco de Portugal, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões¹ e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), que arrancaram com este projeto em novembro de 2011, sempre o assumiram numa perspetiva de médio e longo prazo. A reflexão quinquenal é entendida como um momento de reavaliação do que vai sendo implementado e do muito que há a desenvolver. Foi, assim, em 2016 e é-o hoje na partilha deste documento que refere as principais iniciativas promovidas pelo Plano e o que ainda há a fazer, com destaque para os próximos passos.

Olhando para o caminho percorrido, os supervisores reiteram a importância de se manter o atual modelo de governação do Plano que, desde sempre, se assumiu como um agregador de iniciativas dos diversos parceiros que entendem associar-se a este ambicioso projeto nacional, respeitando os seus Princípios Orientadores, definidos logo no início de 2012.

Os supervisores renovam o seu compromisso de promover e liderar a implementação das opções estratégicas que consubstanciam os ambiciosos objetivos a que nos propomos para os próximos anos, sempre em colaboração com os parceiros de referência junto dos respetivos públicos-alvo.

Face aos resultados alcançados, com destaque para a formação financeira nas escolas e para a colaboração com o Ministério da Educação, o Plano continuará a promover parcerias

estratégicas, densificando a rede que já hoje integra outras entidades de referência, entre as quais se destacam organismos dos Ministérios da Economia e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O Plano reconhece também as parcerias pontuais na implementação de determinados projetos do seu programa de trabalho, bem ilustradas no apoio recebido das principais associações do setor financeiro – Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa de Seguradores, Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e Associação de Instituições de Crédito Especializado – na produção dos Cadernos de Educação Financeira. Merecem igualmente destaque ações de sensibilização, com destaque para a Semana da Formação Financeira, à qual os principais parceiros do Plano se associam, testemunhando o seu empenhamento neste projeto conjunto.

Nos próximos anos, as atuais parcerias deverão ser reforçadas e novas parcerias serão promovidas para permitir implementar o ambicioso programa de trabalhos a que nos propomos.

Tal como há 10 anos, a visão do Plano é a de promover a formação financeira da população portuguesa, objetivo que se reconhece ser difícil de alcançar, mas que continua a ser assumido com pragmatismo assente na definição de prioridades, na escolha de públicos-alvo e na adoção das melhores práticas internacionais que o Plano acompanha de muito perto, através, designadamente, do seu empenhado envolvimento com a *International Network on Financial Education* da OCDE (OCDE/INFE).

Também a evolução do contexto económico e financeiro, com as suas inevitáveis implicações no tecido social, ponderam nas escolhas a fazer no âmbito do Plano. E, hoje, num contexto

1 Então designado de Instituto de Seguros de Portugal.

6

fortemente marcado pelo impacto da pandemia da COVID-19, determinados públicos adquirem uma importância estratégica para os trabalhos a desenvolver. Desde logo, a população adulta onde novos públicos vulneráveis surgiram com a paralisação e/ou redução da atividade económica, trazendo para as prioridades da agenda da formação financeira temas integrados na promoção da resiliência financeira das famílias e das empresas.

A forte aceleração da inovação tecnológica na comercialização de serviços financeiros, estimulada pela necessidade de ultrapassar as dificuldades que a pandemia nos trouxe, veio de igual forma reforçar a prioridade que há muito já se antecipava, nas iniciativas de promoção da formação financeira digital da população portuguesa. Desde a promoção do acesso adequado aos canais digitais, ao conhecimento das características e riscos de novos produtos e de produtos tradicionais com novas características, bem como de novos prestadores e intermediários de serviços financeiros. Também em torno destes temas os jovens continuarão a ser uma das prioridades. Todavia, não poderá ser esquecido que a transição digital pode aumentar a desigualdade entre os que possuem competências digitais e os que não as têm, culminando no risco de exclusão financeira de alguns grupos, em cuja mitigação o Plano se deverá empenhar.

Igualmente as questões ligadas à sustentabilidade e às finanças sustentáveis estarão entre as prioridades de atuação do Plano nos próximos anos, considerando, por um lado, que é imperioso sensibilizar para a necessidade de inclusão dos impactos ambientais e sociais na forma como o consumidor gere o seu orçamento e faz as suas opções entre consumo e poupança.

Na escolha dos produtos em que investe haverá que ponderar a forma como o retorno económico-financeiro é gerado, num contexto em que a conservação e a eficiente utilização dos recursos contribuem, não apenas para o desenvolvimento social e económico, mas também para a estabilidade dos mercados financeiros.

A importância da promoção da resiliência financeira, da formação financeira digital e de finanças sustentáveis está alinhada com as preocupações destacadas no Referencial de Formação Financeira da população adulta da União Europeia, adotado pela Comissão Europeia e pela OCDE/INFE. O Plano acompanhou a sua elaboração e assume o compromisso de implementar estas recomendações nas suas iniciativas de formação financeira.

Para conseguir implementar o que ficou por fazer nos últimos 10 anos e para responder positivamente aos novos desafios, em particular aos que a pandemia da COVID-19 veio atribuir carácter de urgência, o Plano sabe que pode contar com o entusiasmo dos seus atuais parceiros e com outros que em breve se associarão. Sabe igualmente que o salto tecnológico que temos vindo a vivenciar, em particular, nos nossos contactos, pode e deve ser uma oportunidade para podermos aumentar e alargar o impacto das nossas iniciativas de forma célere e conveniente junto de públicos mais vastos, sem esquecer os contactos presenciais, mas complementando-os.

Por isso, o lema do Plano 2021-2025 assenta em duas prioridades: reforçar parcerias, apostar no digital.

Por que o trabalho é muito e o tempo escasseia, contamos com todos, recordando também o nosso lema "Todos Contam"!



10 anos
de Plano

O Plano Nacional de Formação Financeira é um projeto de médio e longo prazo, cujas linhas de orientação definidas para 2021-2025 dão continuidade e reforçam a estratégia prosseguida na última década.

Quem somos

O Plano foi criado em 2011, pelos três supervisores do setor financeiro, o Banco de Portugal, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). O lançamento e implementação de uma estratégia nacional de formação financeira tem resultado de um amplo trabalho de avaliação das necessidades da população portuguesa nos diferentes domínios que constituem a gestão das suas finanças pessoais. Nessa análise têm sido fundamentais os inquéritos à literacia financeira da população portuguesa realizados em 2010, 2015 e 2020², que numa primeira fase permitem elaborar um diagnóstico de necessidades, definir as principais linhas de orientação e identificar públicos-alvo prioritários e, posteriormente, efetuar uma avaliação e revisão da estratégia adotada.

Desde a gestão do orçamento familiar, até à decisão de poupar ou investir, recorrer ao crédito ou contratar um seguro, são muitas as decisões financeiras com as quais os cidadãos são confrontados no seu quotidiano. Mas ainda que as decisões financeiras estejam presentes no dia a dia dos portugueses, a crescente diversidade de produtos e serviços financeiros e a complexidade associada a alguns deles pode dificultar a escolha dos consumidores.

Por essa razão, a missão de aumentar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, assume um papel cada vez mais relevante, constituindo, simultaneamente, um importante complemento às medidas de proteção do consumidor e, conseqüentemente, promovendo a estabilidade financeira. E nessa tarefa o Plano considerou que o contributo de diferentes partes interessadas era absolutamente fundamental para desenvolver um projeto de base sólida e sustentável, simultaneamente integrador e inclusivo.

O modelo de governação do Plano³ assenta na liderança deste projeto pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), órgão que integra os três supervisores financeiros (Banco de Portugal, ASF e CMVM). O CNSF nomeou uma Comissão de Coordenação, que integra um representante de cada um dos supervisores financeiros⁴ a quem incumbe a gestão da implementação deste projeto. Os parceiros do Plano integram a Comissão de Acompanhamento, competindo-lhes acompanhar e apoiar a implementação das atividades, identificando prioridades e iniciativas de formação, e colaborar na preparação do plano

2 Os inquéritos à literacia financeira da população portuguesa iniciaram-se em 2010 com o primeiro inquérito realizado pelo Banco de Portugal, que teve continuidade com os inquéritos realizados em 2015 e 2020 pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

3 <https://www.todoscontam.pt/pt-pt/modelo-de-governacao>

4 Presidida pelo Banco de Portugal.

de atividades. No âmbito da formação financeira nas escolas o Plano conta também com o apoio do Júri do Concurso Todos Contam, constituído por representantes do Ministério da Educação e por pedagogos e especialistas em áreas de formação.

Foi com base nestas premissas que os supervisores financeiros se uniram num projeto que assenta numa visão integrada da vida financeira dos cidadãos portugueses, apoiado na experiência de um conjunto alargado de parceiros, de entre entidades dos setores público e privado e das mais diversas áreas de atuação. A experiência e conhecimento aportado por estes parceiros tem permitido desenhar e implementar programas de formação financeira coesos, sustentados e adequados a diversos públicos-alvo. A preocupação com a adequação dos conteúdos e materiais aos respetivos públicos-alvo tem vindo a revelar-se essencial no nível de envolvimento e compromisso dos destinatários destas ações.

O que fizemos

Seguindo esta linha de atuação, nos últimos 10 anos⁵, o Plano desenvolveu um amplo trabalho junto de crianças e jovens, alicerçado num programa de educação financeira para as escolas, implementado em parceria com o Ministério da Educação. No âmbito dessa parceria foi publicado, em 2013, o Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos (REF), documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo. Para apoiar a implementação do REF nas escolas, em 2014 o Plano iniciou um programa certificado de formação de professores, que abrangeu 387 educadores e professores nos 11 cursos de formação certificados dinamizados nas cinco regiões do território continental – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A parceria com o Ministério da Educação permitiu igualmente desenvolver conteúdos pedagógicos para os três ciclos do ensino básico e para o ensino secundário, os Cadernos de Educação Financeira⁶.

Também o Concurso Todos Contam, uma iniciativa que promove e incentiva o desenvolvimento de projetos de educação financeira nas escolas, tem desempenhado um papel fundamental na sensibilização de professores e alunos para as questões financeiras. Ao longo de dez edições, o Júri do Concurso Todos Contam⁷ analisou 531 projetos, que

5 As principais iniciativas desenvolvidas pelo Plano desde 2011 e os resultados alcançados são apresentados de forma detalhada numa infografia publicada autonomamente, disponível em: https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/taxonomy_file/infografia_-_cronologia_10_anos_de_plano.pdf.

6 Os Cadernos de Educação Financeira resultam da parceria estabelecida entre o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e) e quatro associações do setor (Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa de Seguradores, Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e Associação de Instituições de Crédito Especializado).

7 O Júri do Concurso Todos Contam tem como funções avaliar as candidaturas submetidas pelas escolas ao Concurso Todos Contam e aconselhar a Comissão de Coordenação em matérias estratégicas à

envolveram 544 escolas distintas e mais de 100 mil alunos.

A estratégia abrangente de promoção da educação financeira nas escolas contribuiu para que a literacia financeira passasse, em 2018, a integrar o segundo grupo dos domínios da Educação para a Cidadania⁸, tornando-se uma matéria obrigatória em pelo menos dois ciclos de ensino.

Esta estratégia contribuiu ainda para que, em 2018, Portugal participasse, pela primeira vez, no exercício de avaliação de literacia financeira do *Programme for International Student Assessment (PISA)* da OCDE. Os resultados colocaram o país em 6.º lugar na percentagem de estudantes que possuem capacidades financeiras básicas (86%) e em 7.º lugar no indicador global de literacia financeira.

As micro, pequenas e médias empresas têm sido outros dos públicos prioritários da estratégia nacional. Desde a publicação, em 2016, do Referencial de Formação Financeira para micro, pequenas e médias empresas, em parceria com o IAPMEI e o Turismo de Portugal, têm sido desenvolvidos programas de formação financeira anuais, dinamizados por uma bolsa de formadores certificados criada para permitir a realização de ações de formação financeira junto do tecido empresarial em todo o território nacional. Após a realização de 3 cursos de formação de formadores, a bolsa tem agora um total de 18 formadores certificados, o que possibilitou a realização, desde 2017, de 153 ações de capacitação que contaram com 4563 participantes e envolveram temas bastante diversificados, como as soluções de crédito, o mercado de capitais, os seguros e o plano de negócios.

Em 2021, de forma a melhor definir a estratégia para este público-alvo, o Plano participou no Inquérito à literacia financeira de micro, pequenas e médias empresas, um exercício de comparação internacional, realizado pela OCDE, no âmbito da *International Network on Financial Education (OCDE/INFE)*⁹ e promovido pela Global Partnership for Financial Inclusion (GPII) do G20¹⁰.

A par destes projetos, o Plano tem também procurado sensibilizar e capacitar a população em geral para esta temática. Assumem especial relevância o projeto desenvolvido com 26 autarquias locais da região Norte, com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), e a parceria lançada em



implementação do Plano, nomeadamente nas iniciativas dirigidas ao meio escolar. O Júri é composto por representantes do Ministério da Educação e por pedagogos e especialistas com experiência comprovada em áreas de formação.

8 Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade, o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

9 Participaram neste inquérito os seguintes países: Brasil, China, França, Alemanha, Itália, México, Rússia, Arábia Saudita, Turquia, Geórgia, Países Baixos, Peru, Portugal e Espanha.

10 <https://www.oecd.org/finance/financial-education/navigating-the-storm-msmes-financial-and-digital-competencies-in-covid-19-times.htm>

2020 com a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SGMTSSS), para promoção de iniciativas de formação financeira no local de trabalho junto dos 22 organismos desse Ministério. Durante o primeiro ano desta parceria foram realizados 4 cursos de formação financeira à distância, com recurso à plataforma de *e-learning* Todos Contam, que envolveram cerca de 230 trabalhadores de organismos daquele Ministério.

A integração de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) sobre temas de formação financeira no Catálogo Nacional de Qualificações, promovida em articulação com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, permitiu a inclusão destes conteúdos nos cursos de formação profissional de adultos e jovens do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP). O trabalho dinamizado em parceria com o IEFP tem permitido fomentar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências transversais imprescindíveis ao exercício de uma cidadania financeira ativa e informada. Este projeto permite, em particular, apoiar públicos que apresentam maiores vulnerabilidades, tais como as que resultam de situações de desemprego, promovendo uma maior qualificação desses públicos e, conseqüentemente, uma melhor integração no mercado de trabalho. No âmbito deste projeto, entre 2018 e 2021, foram dinamizados 9 cursos de formação que envolveram cerca de 150 formadores do IEFP, que, por seu turno, realizaram mais de 1600 ações de formação financeira junto de mais de 16 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, nomeadamente desempregados.

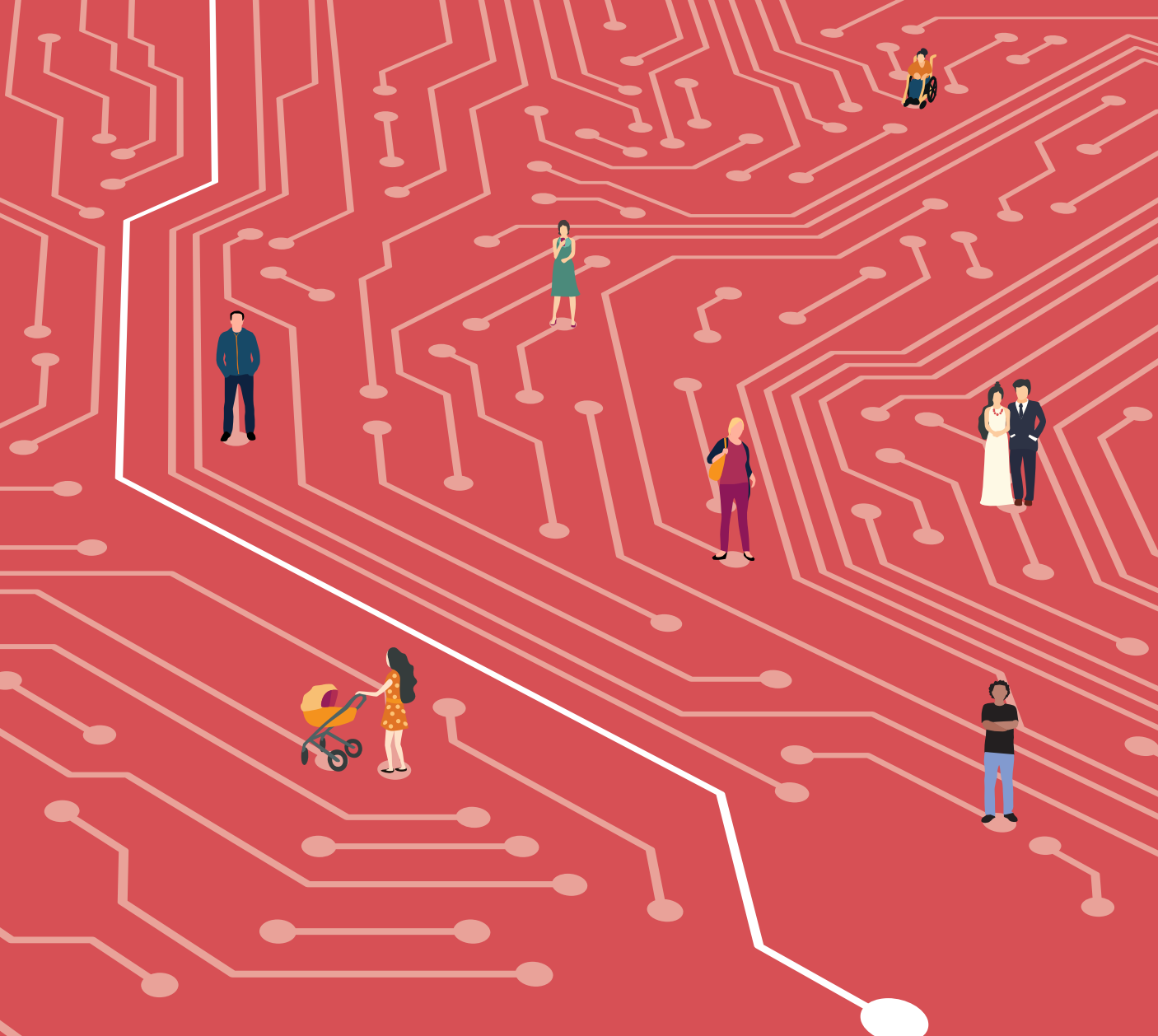
A aposta progressiva em meios de comunicação à distância tem sido outro dos principais marcos destes últimos 10 anos. A promoção da formação financeira através de canais digitais permite assegurar uma maior disseminação e capilaridade nas iniciativas realizadas. Um dos primeiros e principais projetos neste domínio foi o lançamento, em 2012, do Portal Todos Contam (www.todoscontam.pt), que constitui o canal privilegiado de divulgação de conteúdos e iniciativas de formação financeira e de disponibilização de ferramentas de gestão das finanças pessoais.

Em 2015, o Plano lançou a plataforma de *e-learning* Todos Contam (<http://elearning.todoscontam.pt>), com o objetivo de promover a formação financeira à distância, bem como apoiar a formação em sala de aula.

O Plano tem vindo também a reforçar a sua presença nas redes sociais, tendo lançado, em 2018, uma página no Facebook, para difundir conteúdos de informação e formação financeira para um público mais vasto, permitindo que os consumidores acedam, também por esta via, a informação atualizada e credível.

Ao longo dos anos o Plano tem procurado sensibilizar a população portuguesa para a importância da formação financeira. São disso espelho as diversas iniciativas nacionais que tem lançado e, em especial, a dinamização da Semana da Formação Financeira, um evento anual que tem por objetivo sensibilizar a população para a importância da formação financeira. Lançado pela primeira vez em 2012, como Dia da Formação Financeira, este evento evoluiu e foi despertando a atenção de uma rede cada vez mais diversificada de parceiros, o que levou a que, em 2017, o mesmo fosse alargado e passasse a designar-se de Semana da Formação Financeira, integrando atividades ao longo de cinco dias em torno do Dia Mundial da Poupança¹¹.

11 <https://www.todoscontam.pt/pt-pt/noticias-termo/dia-formacao-financiera>



Desafios
a superar

O que ficou por fazer

O Plano lançou-se, em 2011, com uma visão ambiciosa de atingir a generalidade da população na sua atuação. A identificação de públicos-alvo permitia reconhecer a necessidade de se adequarem conteúdos temáticos e materiais e de se escolherem parceiros próximos desses grupos, para melhor desenvolver as ações formativas.



A meta a atingir tinha necessariamente de obedecer a uma visão pragmática, assente na definição de prioridades. Por isso, ao longo destes dez anos, a formação financeira foi-se estruturando em torno de públicos progressivamente mais diversificados, com a agregação de esforços de um conjunto cada vez mais vasto de parceiros.

Todavia, apesar do progressivo alargamento da sua ação, a atuação do Plano não conseguiu chegar a todos os públicos. Ainda não foram encontrados os parceiros junto de alguns públicos alvo, em particular, dos jovens que terminam o ensino obrigatório e de grupos vulneráveis.

O Plano conseguiu estabelecer parcerias importantes e alcançar um conjunto alargado de públicos finais, mas nem sempre foi possível atingir a escala pretendida nas iniciativas promovidas. A cobertura das ações no terreno tem ficado, por vezes, aquém do desejado, apesar da aposta na realização de iniciativas de sensibilização em torno de datas e eventos relevantes, com o apoio dos parceiros do Plano, de canais digitais e do convite à comunicação social.

Novos desafios

Surgiram, entretanto, novos desafios que deverão merecer também a atenção do Plano. O eclodir da pandemia da COVID-19 trouxe circunstâncias imprevisíveis que aumentaram os riscos financeiros para as famílias e empresas. Ao mesmo tempo, o processo de transformação digital atingiu um ritmo de crescimento inesperado, estimulado pela necessidade de mitigar o impacto de medidas de confinamento e de distanciamento social. A estas tendências veio juntar-se o reconhecimento da urgência de, nas escolhas com impacto financeiro, todos contribuírem para uma mais rápida transição para uma economia sustentável.

Ampliação das condições de vulnerabilidade

As medidas de confinamento e distanciamento, adotadas durante a pandemia da COVID-19, tiveram um impacto muito significativo na economia e, por conseguinte, nas finanças das famílias, embora de forma relativamente desigual. Os choques negativos, habitualmente associados às circunstâncias particulares de cada agregado familiar (desemprego, doença e divórcio), foram, neste contexto, determinados ou intensificados por circunstâncias

que resultaram das medidas adotadas para mitigar os riscos inesperados e transversais à sociedade. As famílias com maiores vulnerabilidades, por que com menores níveis de poupança, maiores níveis de endividamento e/ou uma menor proteção para os riscos, ficam mais expostas ao impacto adverso daquelas medidas no emprego, nos rendimentos e na saúde.

A resiliência financeira concebida como a capacidade dos indivíduos e famílias em resistir, mitigar e recuperar de choques financeiros negativos, passou, assim, a assumir uma nova prioridade para o Plano.

Reconhece-se, hoje, que a vulnerabilidade financeira dos consumidores pode assumir diversas formas e resultar de diferentes circunstâncias, exigindo a sua mitigação uma abordagem multifacetada, na qual a formação financeira tem um importante contributo a dar.



Aceleração da transformação digital

A pandemia terá acelerado em sete anos a digitalização de produtos e serviços na Europa¹². A intensificação do processo de transformação digital tem tido impacto muito significativo nos serviços financeiros. Observa-se uma crescente importância dos canais digitais na contratação de produtos e serviços financeiros, o aparecimento de novos produtos e de produtos tradicionais com novas características e a entrada nos mercados de retalho de novos prestadores de serviços, num contexto em que as fronteiras nacionais se diluem com a prestação transfronteiriça de serviços.

Os canais digitais são mais convenientes e proporcionam uma maior rapidez na contratação de produtos e serviços, mas a sua utilização também acarreta riscos, incluindo o cibercrime e a fraude, com custos diretos para as vítimas e indutores de uma menor confiança nos serviços financeiros digitais¹³. A maior rapidez e facilidade de contratação através de canais digitais tende também exacerbar enviesamentos comportamentais (como a decisão por impulso) e conduzir a um recurso excessivo ao crédito.

12 Lagarde, Christine (November 2021) "Learning from Lisbon: recovery and resilience in Europe", Speech by the President of the ECB, on the occasion of the 175th anniversary of Banco de Portugal in Lisbon.

13 De acordo com G20/OCDE INFE (2017) os serviços financeiros digitais são os que recorrem ao uso de tecnologia digital, incluindo moeda eletrónica, serviços financeiros prestados através de aplicações móveis ou online, caixas automáticos interativos e serviços bancários sem recurso a agências, por via de instituições financeiras ou não financeiras. Podem abranger diversos tipos de operações monetárias, como depósito, levantamento e remessa de fundos, bem como outros produtos e serviços financeiros, incluindo serviços de pagamento, crédito, produtos de poupança, fundos de pensões e seguros. Podem ainda incluir serviços como o acesso a informações inanceiras pessoais através de dispositivo digitais.

A maior digitalização não é acompanhada de igual forma por toda a população, expondo a maiores riscos os que têm menores competências digitais, excluindo mesmo os que não têm literacia digital.

Promoção de uma economia sustentável

Com a pandemia intensificaram-se as preocupações com as alterações climáticas, reconhecendo o seu impacto na qualidade de vida e nas condições sanitárias da população. A importância dos desafios a enfrentar impõe o esforço de todos na promoção de uma economia mais sustentável. Nas suas escolhas os consumidores de produtos financeiros são chamados a contribuir para este objetivo coletivo.

A transição para uma economia mais sustentável depende da tomada de decisões adequadas na gestão do orçamento familiar que ponderem a reutilização de bens, fomentando uma economia mais circular. Ganha o ambiente e ganham os consumidores. Na aplicação da poupança os consumidores têm hoje à sua disposição a escolha de produtos de investimento (como as obrigações e os empréstimos “verdes”), que canalizam o financiamento para projetos com preocupações ambientais, sociais e de governação, contribuindo para um modelo de crescimento mais sustentável e resiliente.





Horizonte 2021-2025

O Plano mantém para os próximos cinco anos a abordagem ambiciosa, definida em 2011, de promover a formação financeira de toda a população.

O Plano continua a abarcar na formação financeira a promoção de atitudes e comportamentos financeiros adequados e a melhoria do nível de conhecimentos financeiros da população. No âmbito destes três pilares, definidores da formação financeira, passam a assumir uma particular relevância novas preocupações que deverão ser integradas nas iniciativas formativas. Com a pandemia da COVID-19, aumentaram as condições indutoras de uma maior vulnerabilidade das famílias e das empresas, tendo assumido uma maior importância a promoção da resiliência financeira. Assistiu-se também à forte aceleração da transformação digital com impacto muito significativo no crescimento dos serviços financeiros digitais. Ao mesmo tempo passou a ser reconhecida a urgência de promoção de uma economia mais sustentável.

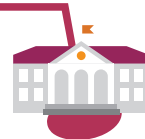
É com a mesma ambição de há 10 anos atrás, mas num contexto particularmente desafiante, que o Plano reflete sobre as opções estratégicas e define linhas de atuação prioritárias para 2021-2025.

Para a sua prossecução, o Plano continuará a apostar em parcerias estratégicas e deverá recorrer à inovação tecnológica para atingir novos públicos e ter uma atuação mais célere junto da população.

Reforçar parcerias, apostar no digital

Reforçar parcerias

Para alargar a atuação do Plano a todos os públicos é necessário estabelecer novas parcerias estratégicas com entidades próximas desses públicos. Para estender a atuação do Plano, há que densificar o trabalho realizado no âmbito das parcerias existentes.



A implementação de iniciativas por parceiros próximos dos diferentes públicos permite uma melhor identificação das suas necessidades específicas, a adaptação das mensagens, a preparação dos materiais e uma maior capacidade de sensibilizar e envolver esses públicos na formação financeira.

Apostar no digital

O maior recurso à internet e às redes sociais permite ao Plano ganhar escala e transmitir mensagens de formação financeira a públicos mais amplos.



A aceleração da transição digital, que resultou da pandemia da COVID-19, levou ao aumento do número de utilizadores destes canais, passando a permitir a sua utilização quase generalizada, em complemento das ações de formação financeira presenciais.

As plataformas digitais passaram a ser um canal conveniente para a realização de ações de formação financeira alargadas a vastos públicos e com ampla cobertura territorial, permitindo ao Plano ganhar capilaridade e estender a suas iniciativas com uma mais eficiente utilização de meios. Todavia a formação financeira através dos meios de comunicação tradicionais continua a ter uma importância relevante e decisiva para os públicos com menores competências digitais.

As redes sociais têm também intensificado a sua importância, sendo cada vez mais o canal a privilegiar para se atingirem públicos jovens ou fora do âmbito de atuação dos parceiros do Plano.

A comunicação social continua a ser considerado como o parceiro que se pretende trazer para o Plano, reconhecendo-se que alguns grupos da população só poderão ser atingidos através da sua ação, seja por via de programas de âmbito nacional ou local.

Dimensões estratégicas de atuação

Para dar continuidade ao trabalho dos últimos 10 anos e responder aos novos desafios, o Plano elege como dimensões estratégicas da sua atuação para 2021-2025 o reforço da resiliência financeira, a promoção da formação financeira digital e o contributo para a sustentabilidade.

Reforçar a resiliência financeira

A promoção da resiliência financeira visa capacitar as famílias para responderem a choques adversos inesperados, permitindo-lhes manter a capacidade de cumprir as suas responsabilidades financeiras e assegurar o seu bem-estar financeiro.

Sendo a formação financeira entendida como a combinação de atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros, maiores níveis de literacia financeira podem contribuir para ajudar a criar os recursos necessários para enfrentar estes choques negativos no rendimento das famílias e promover comportamentos indutores de uma maior resiliência financeira em torno da gestão do orçamento, da poupança, no acesso ao crédito e na gestão de riscos. A necessidade de antecipar despesas futuras inesperadas, o adequado recurso ao crédito e a conveniente cobertura de riscos, a par de opção pela diversificação de investimentos, podem promover uma maior resiliência financeira.



Prioridades formativas

- Estimular o exercício de planeamento e gestão do orçamento familiar;
- Sensibilizar para a importância de hábitos de poupança;
- Divulgar as características e riscos dos principais produtos financeiros para a aplicação informada da poupança;

- Divulgar os produtos financeiros para cobertura de riscos associados a produtos de investimento e as suas características;
- Sensibilizar para os compromissos decorrentes do recurso ao crédito;
- Divulgar as implicações do sobrendividamento e as medidas de prevenção e gestão de situações de incumprimento;
- Sensibilizar para a importância do planeamento financeiro da reforma e para os produtos financeiros disponíveis para o efeito, suas características e riscos;
- Promover hábitos de precaução e sensibilizar para a noção de risco, divulgando as características dos seguros e o seu papel na mitigação de riscos;
- Disseminar conhecimentos financeiros básicos.

Promover a formação financeira digital

A intensificação do processo de transformação digital veio sublinhar a importância de reforçar as competências da população para uma utilização segura e confiante dos produtos e serviços financeiros digitais. A formação financeira digital contribui para capacitar a população a utilizar os serviços financeiros digitais, adotando comportamentos de proteção dos seus dados pessoais, de prevenção da fraude e do cibercrime e tendo em atenção nas suas decisões financeiras, os enviesamentos comportamentais a que a população pode ficar mais exposta nos canais digitais.

A promoção da confiança nos serviços financeiros digitais, criando condições para a materialização dos seus benefícios e mitigando os riscos que lhe estão associados, assenta no adequado conhecimento das suas características, seja dos produtos tradicionais com novas características ou de novos produtos e novos *players* digitais – por exemplo, moeda eletrónica, pagamentos instantâneos, *electronic wallets*, *crowdfunding*, empréstimos P2P, crédito online de muito curto prazo, criptoativos, InsurTech, etc..

A formação financeira digital promove a aquisição de conhecimentos, competências, atitudes e comportamento necessários para fazer uso adequado dos serviços financeiros digitais e das tecnologias digitais no contexto da realização de decisões financeiras pessoais¹⁴.

Prioridades formativas

- Promover o acesso informado a produtos e serviços financeiros nos canais digitais;
- Fomentar a utilização segura de produtos e serviços financeiros digitais, estimulando os comportamentos adequados de cibersegurança e resilientes à fraude em linha;
- Sensibilizar para os enviesamentos comportamentais que o acesso aos canais digitais estimula;
- Divulgar as características e riscos dos novos produtos e serviços financeiros digitais (por exemplo, cripto ativos, moeda digital, serviços de iniciação e agregação de pagamentos, InsurTech);



14 OCDE (2018) "G20/OECD INFE Policy Guidance on digitalization and Financial Literacy".

- Sensibilizar para o aparecimento de novos prestadores de serviços neste mercado e para a crescente oferta transfronteiriça de produtos e serviços financeiros;
- Contribuir para a inclusão financeira digital atenuando os diferentes níveis de digitalização da população.

Contribuir para a sustentabilidade

A formação financeira tem um papel a desempenhar na tomada de decisões que promovam a sustentabilidade, seja na gestão do orçamento familiar, no planeamento da poupança ou na escolha dos produtos financeiros.

A formação financeira pode e deve sensibilizar a população para a importância das decisões individuais de consumo e das escolhas de produtos e serviços financeiros que tenham em consideração as dimensões com impacto ambiental, social e de governação da sustentabilidade.

Deve também sensibilizar os consumidores para a importância das suas escolhas na canalização de recursos para os investimentos que permitam a evolução da economia para um modelo de crescimento mais sustentável.

Consumidores e investidores devem passar cada vez mais a considerar o impacto das suas escolhas financeiras na sustentabilidade.



Prioridades formativas

- Promover a economia circular¹⁵ no planeamento e gestão do orçamento familiar;
- Divulgar as características e os riscos dos produtos financeiros que promovem a sustentabilidade Ambiental, Social e de Governação (ESG na sigla inglesa¹⁶);
- Sensibilizar para a existência de produtos de investimento com diferentes características de sustentabilidade;
- Alertar para os riscos de difusão de informação errónea e incompleta sobre fatores ESG relativa a produtos e serviços financeiros (*Greenwashing*);
- Divulgar os deveres de informação sobre os fatores ESG que pendem sobre as empresas, fundos de investimento, fundos de pensões e seguros de vida;
- Sensibilizar para o impacto das políticas ambientais e das alterações climáticas na evolução e desenvolvimento da economia e a importância dos seguros na mitigação desses riscos.

15 A economia circular promove a reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e a utilização de energias renováveis.

16 A sigla ESG identifica sectores económicos, empresas ou projetos em que os aspetos ambientais, sociais e de governação são assumidos como prioritários.

Novas linhas de ação prioritárias

Para concretizar as novas prioridades estabelecidas para 2021-2025, o Plano apresenta, desde já, um conjunto de linhas de ação a implementar neste horizonte. Estas linhas envolvem a criação de novas parcerias ou o reforço do trabalho realizado no âmbito de parcerias já existentes e, paralelamente, uma aposta na utilização dos canais digitais para aumentar a escala e capilaridade das iniciativas de formação financeira.

As parcerias passarão a dar uma maior atenção à promoção da resiliência financeira das famílias e empresas, à formação financeira digital e à contribuição para uma economia mais sustentável.

Linha de ação 1: Educação financeira nas escolas

- Rever o Referencial de Educação Financeira, com vista à integração de novas áreas temáticas, como os serviços financeiros digitais, a utilização segura dos canais digitais, a economia circular e a sustentabilidade, conforme previsto no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação e os supervisores financeiros¹⁷.
- Intensificar o programa de formação de professores, apoiando os docentes na abordagem dos novos temas do Referencial de Educação Financeira.



Linha de ação 2: Formação financeira no local de trabalho

- Estabelecer novas parcerias para alargar progressivamente, a um maior número de entidades do setor público, o projeto de formação financeira no local de trabalho iniciado no âmbito da parceria entre a Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e os supervisores financeiros.
- Estender também parcerias a entidades do setor privado.
- Focar a formação financeira no local de trabalho nos temas relacionados com a resiliência financeira, nomeadamente a poupança, e a sua aplicação, o planeamento da reforma, o crédito, e o papel dos seguros na mitigação de riscos.



Linha de ação 3: Formação financeira através das autarquias locais

- Estender a autarquias locais de diferentes regiões do país, através de parcerias com as respetivas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), o projeto de formação financeira iniciado na região do Norte, no âmbito da parceria entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e os supervisores financeiros.



¹⁷ Protocolo assinado a 25 de outubro de 2021 (<https://www.todoscontam.pt/noticias/assinatura-do-protocolo-de-cooperacao-entre-o-cnsf-e-o-ministerio-da-educacao>)

- Aproveitar as redes das autarquias locais, incluindo os seus gabinetes de apoio ao consumidor e ao empreendedorismo, as associações empresariais locais, os meios de comunicação locais e as bibliotecas municipais, para através delas promover iniciativas de formação financeira de elevada capilaridade regional junto de diferentes públicos e reforçar a sua resiliência financeira.

Linha de ação 4: Formação financeira de ativos empregados ou desempregados

- Rever e atualizar as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) do Referencial de Educação Financeira, no sentido de integrar os temas da resiliência financeira, dos serviços financeiros digitais e da sustentabilidade.
- Reforçar os cursos de formação profissional, no âmbito da parceria entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e os supervisores financeiros, apoiando os formadores na abordagem dos novos temas a integrar nas UFCD.



Linha de ação 5: Formação financeira para micro, pequenas e médias empresas

- Integrar os temas da sustentabilidade e dos novos produtos financeiros, como os comercializados através dos canais digitais, *crowdfunding* e os criptoativos, nos cursos de formação dirigidos aos empreendedores e gestores de micro, pequenas e médias empresas, dinamizados no âmbito da parceria entre o IAPMEI, o Turismo de Portugal e os supervisores financeiros.
- Ajustar os conteúdos formativos e a estratégia de atuação do Plano junto do público empresarial, em função das conclusões do 1.º inquérito à literacia financeira dos gestores de micro, pequenas e médias empresas, realizado em 2021.



Linha de ação 6: Formação financeira para instituições de apoio aos cidadãos

- Estabelecer uma parceria com a Direção-Geral do Consumidor (DGC) para apoiar a formação financeira da Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE), dos Centros de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC) e de outras instituições de apoio aos cidadãos, tendo em vista reforçar a literacia financeira de públicos vulneráveis, incluindo os grupos em risco de sobre-endividamento.
- Desenvolver ações de sensibilização e formação no âmbito desta parceria, sobre os temas da resiliência financeira, incluindo a gestão do orçamento familiar, o acesso ao crédito e a prevenção e gestão do incumprimento de contratos de crédito, e explorando o papel dos seguros na mitigação dos riscos.



Linha de ação 7: Campanhas de sensibilização dirigidas aos jovens

- Promover campanhas de educação financeira para os jovens através dos canais digitais e, em particular, das redes sociais, tendo em vista chegar rapidamente e com eficiência de meios a um grupo muito alargado de jovens, que são um público especialmente recetivo a este tipo de comunicação.
- Sensibilizar os jovens, através destas campanhas, para a utilização segura dos canais digitais, as características e riscos dos novos produtos e serviços financeiros digitais (como os criptoativos) e para os temas da sustentabilidade e da transição para uma economia mais circular.



Linha de ação 8: Campanhas nos meios de comunicação tradicionais

- Reforçar a presença do Plano nos meios de comunicação tradicionais, como as televisões e as rádios nacionais e locais, para levar a formação financeira às populações com menor literacia digital, incluindo os seniores e outros grupos vulneráveis.
- Promover, através destes meios de comunicação, campanhas de informação e sensibilização sobre temáticas relacionadas com a resiliência financeira e a utilização segura dos serviços financeiros digitais.



Metas e avaliação

As metas a atingir com as iniciativas de formação financeira são de difícil quantificação numa perspetiva de médio prazo, por que condicionadas pela disponibilidade e envolvimento dos parceiros do Plano e pela inevitável restrição de meios a alocar.

A desejada quantificação de objetivos, como referência para avaliação dos resultados alcançados, será efetuada numa base anual. A elaboração do habitual programa de atividades do Plano, que integra as iniciativas dos supervisores e dos seus principais parceiros, continuará a ser um exercício da maior importância e o referencial para a realização do relatório das atividades desenvolvidas, que é também apresentado todos os anos à Comissão de Acompanhamento do Plano.

O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Plano deverá ser assegurado através de uma monitorização contínua das mesmas, com a necessária recolha de informação sobre o número de iniciativas implementadas e respetivos participantes, bem como dos meios utilizados para a sua concretização

Reconhece-se, todavia, que a monitorização das iniciativas desenvolvidas não permite, todavia, a desejada avaliação do impacto das mesmas. Assume-se, por isso, como prioritário intensificar a avaliação de cada uma das iniciativas, com destaque para a aferição, sempre

que possível, de conhecimentos antes e depois de cada ação de formação concretizada. Esta tarefa é apoiada pela utilização questionários, com ou sem grupo de controlo. Esta metodologia é particularmente indicada na avaliação de ações de formação de formadores, nas quais se concentra grande parte da atuação dos supervisores financeiros, com o objetivo de promover o efeito multiplicador das suas iniciativas.

Todavia, nem todas as iniciativas de formação financeira são suscetíveis de submissão a esta metodologia de avaliação, como é o caso, por exemplo, de ações de sensibilização e/ou formação de curta duração. Nestes casos continuarão a ser realizados questionários de satisfação para aferir da adequação das matérias abordadas, da duração das ações e das metodologias adotadas, bem como para avaliar desempenho dos formadores.

A adoção de práticas de monitorização e avaliação por todos os parceiros, de acordo com as melhores práticas internacionais (definidas pela OCDE/INFE), e a partilha dos seus resultados é, assim, fundamental para se obter uma análise completa do trabalho realizado na promoção da literacia financeira.

As metodologias de avaliação continuam, contudo, a não permitir medir o impacto na alteração de atitudes e comportamentos da população envolvida nas ações realizadas.

Reconhecendo estas limitações, os supervisores financeiros irão continuar a promover a realização de inquéritos à literacia financeira da população portuguesa, a cada cinco anos. Estes inquéritos, realizados junto de uma amostra aleatória de entrevistados, não têm por finalidade uma avaliação direta à atividade do Plano, mas são indispensáveis para o acompanhamento das alterações nas atitudes e comportamentos, bem como nos conhecimentos financeiros da população, apoiando as escolhas do Plano em termos de prioridades formativas.

Face à maturidade já atingida, o Plano está também recetivo à participação em exercícios de avaliação da estratégia nacional de formação financeira que venham a ser propostos no âmbito de fóruns internacionais, com base, designadamente em *peer reviews*.

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA

TODOS CONTAM

